

## Os trabalhadores escravizados e a imigração no Império

No início do século XIX, em especial a partir da transferência da Família Real para o Brasil, tornou-se central o debate acerca da implementação populacional na perspectiva de suprir uma suposta escassez de mão de obra. Esse é um argumento comumente reproduzido por autoridades locais, intelectuais vinculados a órgãos do Estado e membros da elite burguesa, mais comprometidos com a composição de uma população “civilizada” aos moldes europeus e que, geralmente, se alinhavam aos discursos liberais.

Por “civilizada” entendia-se, sobretudo, pessoas brancas e da Europa ocidental. Não se tratava, então, de um problema real com a falta de braços, vide a própria experiência da Fábrica de Ipanema que, ao longo de sua existência, operou com enorme contingência de negros escravizados e livres, demonstrando que o pano de fundo que atravessa esse debate diz mais respeito ao perfil pretendido a esse território, do que a falta de trabalhadores propriamente dito. Além de indicar, também, que não havia incompatibilidade entre escravidão e industrialização ou mesmo entre escravidão e a ascensão de ideais capitalistas. Em momentos de efervescência política, como é o caso da transferência da Família Real para o Brasil, especialmente quando se torna “Reino Unido de Portugal e Algarves”, em 1815, e, mais acentuadamente no pós-Independência, quando o debate político se concentra em compor uma narrativa acerca do que se pretendia à jovem nação, o debate sobre a composição de trabalhadores sempre voltava à tona, ainda que se trate de uma discussão comum na primeira metade do século XIX.

Conduzir para a reflexão crítica dessas questões é importante para que se compreenda a complexidade dos mundos do trabalho sendo, inclusive, um dos meios possíveis para a reorganização da sociedade. O que reafirma que o trabalho não se resume ao dispêndio de mão de obra para gerar produto, ainda que o trabalhador seja assim compreendido. É, antes, uma ferramenta de organização social.

No mais, é importante destacar que são incipientes os estudos acerca dos negros escravizados em ambientes fabris, especialmente no que se refere às funções exercidas por eles que exigem mais do que força braçal. Algo pouco tematizado na historiografia e menos ainda nas escolas. Muitos negros – fossem livres ou escravizados – adquiriram conhecimentos no próprio trabalho exercido na fábrica ou em experiências anteriores de metalurgia, mas é importante destacar, também, que diversos povos de etnias banto ou da África Ocidental já tinham habilidades reconhecidas na mineração, na fundição e no artesanato em ferro

Fonte: Texto escrito por Karina Oliveira de Moraes Santos, autora da dissertação “Trabalho, cotidiano e conflito na Fábrica de Ferro de Ipanema (1810-1895)”, ver Fábrica de Ferro Ipanema, Iperó (SP). Disponível em: <https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-50-fabrica-de-ferro-de-ipanema-iperó-sp-jaime-rodrigues-e-karina-oliveira-morais-dos-santos/>. Acesso 16 ago.2022.